



## **ATO NORMATIVO Nº 02/2024 CGI**

Regulamentar as normas de uso da Rede Virtual Privada da Universidade Federal do Sul da Bahia para o uso exclusivo em atividades administrativas e acadêmicas.

**O COMITÊ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**, no uso de suas atribuições definidas pela Portaria nº 362/2024,

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 06/2021 - Política de Segurança da Informação da UFSB;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 24/2021 - Código de Ética Estudantil da UFSB -;

**CONSIDERANDO** o Decreto Federal nº 1.171/1994 - Código de Ética do Servidor Público;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.965/2014 - Marco Civil da Internet -

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 10.332/2020 - Estratégia de Governo Digital

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.460/2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.709/2018 - Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.444/2017 - Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN)

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 8.777/2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 7.724/2012 - Regulamenta a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 7.845/2012 - Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento da informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.737/2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940 Código Penal; e dá outras providências.



## **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar as normas de uso da Rede Virtual Privada da Universidade Federal do Sul da Bahia para o uso exclusivo em atividades administrativas e acadêmicas.

**Art. 2º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

## **CAPÍTULO I DO OBJETIVO**

**Art. 3º** Regulamentar o uso da Rede Virtual Privada da Universidade Federal do Sul da Bahia (VPN UFSB), informando suas características e estabelecendo diretrizes para seu uso adequado, a fim de garantir a segurança, privacidade das informações trafegadas, bem como um acesso remoto seguro aos recursos da universidade.

**Art. 4º** O uso da VPN é exclusivo para atividades administrativas e acadêmicas.

## **CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 5º** Esta Norma se aplica a todos os usuários da comunidade da UFSB que utilizam o serviço VPN.

**Art. 6º** Servidores (docentes e técnicos-administrativos) da UFSB podem requerer a permissão e concessão de acesso ao serviço da VPN através da abertura de um chamado via Helpdesk (<https://helpdesk.ufsb.edu.br/>).

**Art. 7º** Discentes, prestadores de serviço (servidores terceirizados) e pesquisadores externos, podem fazer uso do serviço, desde que seja encaminhado pedido por solicitante competente para tal (docente ou técnico-administrativo da UFSB) através do Helpdesk e que todas as medidas trazidas nesta norma sejam respeitadas.

## **CAPÍTULO III DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

**Art. 8º** Para os efeitos do disposto neste Ato, considera-se:

- I. **Acesso remoto SSH:** método de acesso remoto seguro a servidores e dispositivos de rede, utilizando o protocolo SSH (Secure Shell) para garantir a criptografia dos dados transmitidos.

- II. **Acesso remoto Windows:** método de acesso remoto a computadores que utilizam o sistema operacional Windows, geralmente implementado através do protocolo RDP (Remote Desktop Protocol).
- III. **Concessão:** autorização técnica de uso de um determinado serviço e/ou sistema, desde que o usuário possua permissão para tal.
- IV. **Credenciais de acesso:** informações, como nome de usuário e senha, utilizadas para autenticar um usuário e permitir seu acesso aos recursos da rede.
- V. **Criptografia:** técnica de proteção de informações que transforma dados legíveis em formato codificado, acessível apenas a quem possui a chave de decodificação.
- VI. **Forticlient:** aplicação cliente que é instalada no computador do usuário para possibilitar conexões VPN (IPSec e SSL) diretas, sem necessidade de acesso ao Portal de Acesso Remoto.
- VII. **Permissão:** autorização legal por órgão competente de uso ou acesso de um determinado serviço e/ou sistema.
- VIII. **Portal de acesso remoto:** portal Web sobre o protocolo SSL/TLS que faz a interface entre o usuário e a rede corporativa utilizando os conceitos da VPN SSL.
- IX. **Rede corporativa:** rede interna de uma organização, que em condições padrões de uso não é acessível a partir da internet.
- X. **Rede virtual privada (VPN):** Tecnologia que cria uma conexão segura e criptografada através de uma rede pública, como a internet, simulando a presença física na rede corporativa da universidade.
- XI. **Segurança da informação:** conjunto de práticas e medidas para proteger informações contra acesso, uso, divulgação, interrupção, modificação ou destruição não autorizados.
- XII. **Unidade gestora do serviço:** representada pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e pelos Setores de Operações Locais de TIC dos campi Jorge Amado (CJA), Sosígenes Costa (CSC) e Paulo Freire (CPF) da UFESB.
- XIII. **Usuário:** discentes, Docentes, Técnicos-Administrativos, Prestadores de serviço (servidores terceirizados) que utilizam os recursos da rede da universidade.
- XIV. **VPN IPSec:** IPSec (Internet Protocol Security) é um protocolo de segurança utilizado em VPNs que oferece criptografia e autenticação para proteger os dados transmitidos

através de redes públicas. Com software cliente dedicado, o VPN IPSec estabelece túneis de rede seguros entre duas redes, ideal para conexões de site-a-site.

- XV. VPN SSL:** é um protocolo de segurança que permite a criação de conexões VPN seguras através de navegadores web, utilizando criptografia SSL (Security Sockets Layer).

#### **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES**

**Art. 9º** Para concessão de credencial de acesso à VPN, o requisitante, obrigatoriamente, deve solicitar no sistema de chamados da UFESB, o Helpdesk.

**Art. 10º** A ativação da VPN será realizada após a assinatura do Termo de Responsabilidade (Anexo I) via SIPAC (Sistema de Patrimônio, Administração e Contratos).

**Art. 11º** A instalação e configuração dos aplicativos necessários ao estabelecimento da conexão VPN ficarão a cargo do próprio usuário, apoiado pelo Manual de Uso da VPN (Disponível em: <https://manuais.ufsb.edu.br/books/conectar-vpn-ufsb>) e Unidade Gestora do Serviço, quando necessário.

**Art. 12º** As credenciais de acesso serão as mesmas usadas na autenticação dos serviços da UFESB.

**Art. 13º** O usuário da VPN é o único responsável pela salvaguarda das informações necessárias ao acesso à Rede Corporativa (nome de usuário, senha, endereço do *gateway* remoto e demais informações de acesso remoto).

**Art. 14º** O acesso à Rede Corporativa por meio da VPN deverá ser exclusivamente para usos relacionados às atividades administrativas e acadêmicas, sendo terminantemente vedada a utilização do serviço para demais fins.

**Art. 15º** O compartilhamento das credenciais de acesso à VPN é terminantemente proibido, podendo caracterizar crime de Violação de Sigilo Funcional, tipificado na Lei nº 12.737/2012. É importante salientar que todo acesso é registrado e auditado, em conformidade com a LGPD e a Política de Segurança da Informação da UFESB.

**Art. 16º** Não é recomendado o uso da VPN em redes WiFi públicas, abertas (sem criptografia) ou compartilhadas por terceiros.

**Art. 17º** Para acesso à Rede Corporativa da UFESB através da VPN, o computador/servidor do usuário deve:

- I. Possuir mecanismo de controle de acesso, que utilize no mínimo usuário e senha;
- II. Aplicativo antivírus atualizado;
- III. Sistema operacional com licença válida, se Windows;
- IV. *Patches* de segurança atualizados e instalados;
- V. Configurar o *firewall* de maneira que as regras sejam as mais restritivas possíveis, para maximizar a segurança.

**Art. 18º** Os equipamentos pessoais para acesso à VPN passam a ser uma extensão da Rede Corporativa da UFSA e como tal, estão sujeitas às mesmas regras, políticas e regulamentações que se aplicam aos equipamentos de propriedade da UFSA, ou seja, as máquinas dos usuários com acesso a VPN devem ser configuradas para atender às normas da instituição.

**Art. 19º** Preferencialmente o computador do usuário da VPN da UFSA deve ser restrito ao usuário detentor da credencial de acesso. Havendo necessidade do compartilhamento do computador, as informações, definidas no aplicativo de acesso à VPN, deverão ser excluídas.

**Art. 20º** É de responsabilidade do solicitante informar à Unidade Gestora do Serviço o desligamento ou inatividade de qualquer integrante possuidor de credenciais de acesso à VPN, colaborando assim com a segurança da Rede Corporativa da UFSA.

**Art. 21º** A validade do acesso ao serviço da VPN será de:

- I. prestadores de serviço (servidores terceirizados) e pesquisadores externos: o acesso será válido por 6 (seis) meses;
- II. discentes: o acesso será válido por 1 (um) ano.

**§1º** Após o término da validade do acesso, os pesquisadores externos terão um prazo adicional de 2 (dois) meses para solicitar a renovação. Caso a renovação não seja solicitada dentro deste período, o acesso será excluído.

**§2º** A inatividade do acesso por 6 (seis) meses resultará na suspensão do serviço para qualquer usuário.

**§3º** Havendo necessidade de renovação, a solicitação de revalidação do acesso VPN deve ser realizada pelo solicitante competente via Helpdesk.

**§4º** O acesso ao serviço da VPN poderá ser revogado a qualquer momento, em caso de incidente ou uso indevido do serviço.



**Art. 22º** Fica restrito apenas uma única conexão VPN, por usuário, com a Rede Corporativa da UFSB.

**Art. 23º** A cada usuário será provido o acesso à Rede Corporativa da UFSB por meio da VPN de apenas 1 (um) equipamento devidamente registrado no cadastro de usuários da Unidade Gestora do Serviço.

**Art. 24º** Não será permitido utilizar programas "*peer-to-peer*" (Torrent, eMule, Napster, Bitcoin, entre outros) sobre a VPN.

**Art. 25º** Não será permitido utilizar o acesso a VPN para transferência de grandes volumes de dados.

**Art. 26º** A Unidade Gestora do Serviço não se responsabiliza pelo que é feito, pelo usuário, ao utilizar o serviço VPN.

**Art. 27º** Contas de setores não são elegíveis para fazerem uso do acesso à VPN.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA UNIDADE GESTORA DO SERVIÇO**

**Art. 28º** Orientar quanto aos procedimentos de instalação e configuração das VPNs disponíveis no ambiente da UFSB, bem como realizar o credenciamento e descredenciamento de usuários, mediante pedido do solicitante ou de acordo com a validade do acesso.

**Art. 29º** Orientar o usuário nas dificuldades relacionadas aos softwares integrantes do serviço VPN, mediante solicitação do usuário via Helpdesk.

**§1º** Não cabe a Unidade Gestora do Serviço realizar suporte técnico aos softwares instalados nos servidores de projetos de terceiros, sendo este de única e exclusiva responsabilidade do pesquisador.

**Art. 30º** Descredenciar o usuário após a sua desvinculação da UFSB ou após findar-se o prazo de validade do acesso, obedecendo às regras, normas e diretrizes vigentes.

**Art. 31º** Monitorar o volume de dados das conexões VPN e desconectar qualquer sessão onde se verifique taxas divergentes da média normal das outras sessões que comprometam o bom desempenho da Rede Corporativa da UFSB.

**Art. 32º** Auditar, quando necessário e com autorização do usuário, os sistemas utilizados e a comunicação de dados para acesso, por meio de VPN à Rede Corporativa da UFSB, a fim de verificar a aderência aos requerimentos de segurança aqui mencionados.

**Art. 33º** A Unidade Gestora do Serviço poderá por motivos de segurança e/ou outros, suspender o serviço de VPN, sem aviso prévio.

**Art. 34º** Avaliar requisições dos usuários e demais questões técnicas relacionadas ao serviço VPN, sempre com a finalidade de prezar pela segurança da informação da instituição.

**Art. 35º** Apoiar o Comitê de Segurança da Informação da UFSB no julgamento de penalidades aos usuários que infringirem as diretrizes desta norma.

**Art. 36º** A Unidade Gestora do Serviço não poderá ser responsabilizada por:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços
- c) Proteção de computador não pertencente à UFSB
- d) Proteção das informações nos computadores dos usuários
- e) Monitoração clandestina do computador dos usuários
- f) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários

**Art. 37º** Em hipótese alguma a Unidade Gestora do Serviço será responsável pela instalação no equipamento do usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos em decorrência da navegação na internet pelo usuário.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (COSIC)**

**Art. 38º** Deliberar sobre penalidades impostas aos descumprimentos desta norma.

**Art. 39º** Auxiliar na melhoria contínua da segurança do serviço, de ofício ou a pedido da Unidade Gestora do Serviço.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO DO SERVIÇO**

**Art. 40º** Informar os dados para cadastro do acesso a VPN com precisão e veracidade, reconhecendo que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de utilizar o serviço VPN.

**Art. 41º** Manter o sigilo da senha de acesso que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

**Art. 42º** Atualizar as informações pessoais, quando necessário, sendo responsável pela omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

**Art. 43º** Reparar quaisquer danos diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro usuário, ou, ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nesta norma ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço VPN.

**Art. 44º** Não alterar, sem prévio consentimento da Unidade Gestora do Serviço, a configuração *default* da VPN fornecida.

**Art. 45º** Zelar pelo fiel cumprimento desta norma, bem como dos princípios de segurança da informação.

**Art. 46º** Zelar pela sua credencial de acesso, utilizando as boas práticas para o uso e construção da senha.

**Art. 47º** Notificar a Unidade Gestora do Serviço sobre qualquer incidente envolvendo sua conta de acesso ou serviços informatizados da UFESB durante o uso do serviço da VPN.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA VIOLAÇÃO A ESTA NORMA DE USO E SANÇÕES**

**Art. 48º** O não cumprimento das normas definidas neste documento poderá acarretar sanções administrativas aplicáveis no âmbito da UFESB, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civis e penais, que poderão ser apuradas pelos órgãos competentes, conforme legislação vigente.

**Art. 49º** A depender da gravidade e das consequências do descumprimento das normas supramencionadas, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de outras medidas previstas na legislação aplicável:

- I. **Advertência:** O usuário será formalmente notificado por e-mail institucional ou telefone cadastrado, sendo alertado sobre a infração cometida e as possíveis consequências em caso de reincidência.
- II. **Suspensão temporária do serviço:** O acesso ao serviço VPN poderá ser suspenso por um período de **7 a 30 dias corridos**, conforme a gravidade da infração, com notificação formal ao usuário.



III. **Suspensão por tempo indeterminado:** O acesso ao serviço VPN poderá ser suspenso por prazo indefinido, a depender da gravidade da infração, sendo garantida a possibilidade de revisão da penalidade mediante solicitação fundamentada ou avaliação administrativa. O usuário será formalmente notificado sobre a penalidade aplicada.

- a. **Encaminhamento à CPAC:** Quando a conduta do usuário configurar possível infração disciplinar, nos termos das normas institucionais, a ocorrência poderá ser analisada pela STI, unidade responsável pela gestão da VPN, que decidirá pelo encaminhamento à Comissão Permanente de Atividades Correcionais (CPAC) para apuração e eventuais providências em âmbito correcional.

**Art. 50º** Sempre que uma sanção administrativa for aplicada, o superior imediato do usuário será notificado formalmente sobre o ocorrido.

**Art. 51º** Cabe ao Comitê de Segurança da Informação da UFSB avaliar a gravidade das infrações e recomendar a aplicação das penalidades acima descritas, zelando pelo cumprimento justo e proporcional das sanções.

**Art. 52º** Cabe à Superintendência de Tecnologia da Informação da UFSB aplicar as penalidades definidas neste documento, conforme a recomendação do Comitê de Segurança da Informação.

**Art. 53º** Em casos excepcionais que demandem medidas adicionais, o Comitê de Segurança da Informação da UFSB poderá avaliar e recomendar sanções complementares, em consonância com a legislação vigente e demais normativas institucionais.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 54º** Sempre que houver mudança de tecnologia ou arquitetura do serviço de VPN, por necessidade da instituição, esta norma deverá ser revisada e adequada para a realidade a que se dispõe.

**Art. 55º** Os serviços de VPN não elencados nesta norma serão descontinuados quando a presente norma entrar em vigor.

Itabuna, 06 de fevereiro de 2025

JOANA ANGELICA GUIMARAES  
DA LUZ:57521239091

Assinado de forma digital por JOANA  
ANGELICA GUIMARAES DA  
LUZ:57521239091  
Dados: 2025.02.06 15:22:48 -03'00'

**JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ**  
PRESIDENTE DO COMITÊ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL